



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

**Eixo: Direitos Geracionais.**

**Expectativas: O contexto da juventude rural no Brasil**

**Sidimara Cristina de Souza<sup>1</sup>**  
**André Augusto Pereira Brandão<sup>2</sup>**  
**Hevenly Mendes Ventura<sup>3</sup>**

**Resumo:** No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o ambiente rural em um espaço cada vez mais heterogêneo e não exclusivamente agrícola, a juventude rural se destaca como a faixa demográfica que atua como coadjuvante. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo realizar uma análise sobre as expectativas de trabalho e renda dos jovens agricultores familiares no Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Pode-se afirmar que as expectativas dos jovens rurais estão, na maioria das vezes, associadas à busca por melhores condições de vida. O que os direciona para as cidades na busca de suprir a ausência de políticas públicas que possibilite sua permanência no campo com qualidade e acessibilidade à educação, ao lazer e ao emprego e renda.

**Palavras-chave:** Juventude Rural. Agricultura Familiar. Expectativas.

**Expectations: The context of rural youth in Brazil**

**Abstract:** In the context of family farming and recent economic processes that transform the rural environment into an increasingly heterogeneous and not exclusively agricultural space, rural youth stands out as the demographic group that acts as a supporting factor. In this context, the study aims to carry out an analysis of the expectations of work and income of young family farmers in Brazil, through a qualitative bibliographical research. It can be said that the expectations of rural youth are, most of the time, associated with the search for better living conditions. Which directs them to the cities in the search to overcome the lack of public policies that allow their permanence in the countryside with quality and accessibility to education, leisure, employment and income.

**Keywords:** Rural Youth. Family farming. Expectations.

**INTRODUÇÃO**

Historicamente associa-se a categoria jovem a outros grupos, desconsiderando sua identidade construída a partir de elementos como faixa etária, ciclo de vida, geração, representação social, dentre outros (VIEIRA, 2004). Para Carneiro (1999), o jovem é categoria sempre objetivada, que não recebe qualificação específica por parte de quem o analisa. O classificador atribui geralmente características de outros grupos para

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [sidi.mara@hotmail.com](mailto:sidi.mara@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [andre\\_brandão@id.uff.br](mailto:andre_brandão@id.uff.br).

<sup>3</sup> Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [andre\\_brandão@id.uff.br](mailto:andre_brandão@id.uff.br).

definir o jovem. Acaba, portanto, que esse indivíduo seja identificado enquanto “estudante”, “filho do agricultor” (ou da “agricultora”), e outras denominações que não apenas o “jovem”.

De acordo com o Bourdieu (1983), não é adequado referir-se aos jovens como um único grupo homogêneo, com pessoas comuns entre si e com objetivos em comum. Para o sociólogo, há que se falar em “juventudes”, pois as realidades dos jovens são distintas, com diferenças (muitas vezes abissais) quanto à renda familiar, quanto ao acesso ao mercado de trabalho e ao sistema de saúde, quanto às condições de vida, lazer, estudos e muitas outras variáveis.

Bourdieu (1983, p. 113) assevera que existem, entre os jovens, “diferenças análogas em todos os domínios da existência”. O termo “juventudes” guarda ainda mais peculiaridades num país como o Brasil, de dimensões continentais, marcado pela diversidade de culturas, de climas, de povos, de condições sociais e, historicamente, assinalado pela grande desigualdade social desde os tempos de território da Coroa Portuguesa.

No que tange à juventude rural, a complexidade do termo se amplia, uma vez que o tema é perpendicular a variáveis como cor/raça, sexo e gênero, idade, renda, escolaridade, dentre outras. A juventude rural é categoria social diversa, construída a partir de experiências de sociabilidade, trabalho, estudo, troca cultural e interação socioambiental. Há que se considerarem as diferenças entre o jovem rural camponês, o quilombola, o assentado, o agricultor familiar, o negro, o ribeirinho, o indígena, o sem-terra, o extrativista, etc. São várias realidades, portanto, dentro de diversos horizontes participativos. De acordo com Marin (2020, p. 3):

As sociedades construíram, ao longo dos processos de desenvolvimento, diferentes maneiras de perceber e inserir os jovens, definindo-lhes papéis, funções e espaços institucionais considerados adequados de socialização. À medida que as sociedades mudam, processam-se também mudanças nas instituições, nas políticas e nas imagens de juventude. As juventudes tornam-se, portanto, uma metáfora sociocultural, que permite visualizar as sociedades em mudanças e analisar as transformações sociais estabelecidas para os jovens ou mesmo pelos jovens. As instituições de socialização, assim como as políticas juvenis, traduzem processos de construções de juventudes modernas pelo enquadramento social dos jovens e pela transmissão de coisas, saberes, habilidades e técnicas, sendo, portanto, produtoras de diferenciadas concepções de juventudes e projetos de desenvolvimento social.

A diversidade deve ser reconhecida como marca da juventude rural, mas seu entendimento não pode ser confundido com relativizações de categoria, o que, de acordo com Galindo (2014, p. 34), “fragiliza a importância estratégica da juventude rural para a agenda governamental”. Juventude essa que enfrenta múltiplos problemas, desde a falta de oportunidade ao trabalho, como ausência de políticas públicas voltadas para a categoria. O que nos faz realizarmos alguns questionamentos: Quais são os limites e desafios do jovem agricultor familiar? Quais as suas expectativas de trabalho e renda, bem-estar e qualidade de vida?

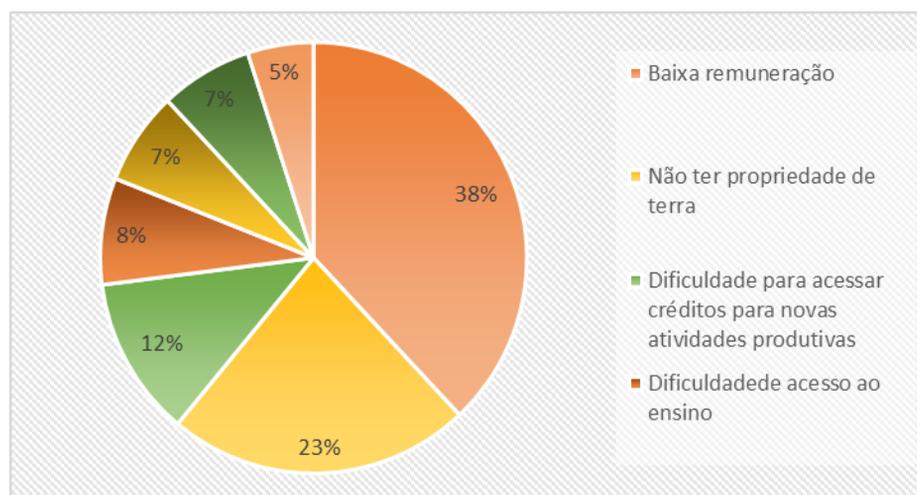
No intuito de refletir sobre as perguntas destacadas, este estudo tem por objetivo fazer um levantamento das expectativas de trabalho e renda dos jovens agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro a partir de estudos teóricos dedicados ao tema.

## **1. OS DILEMAS DA JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA**

Devido à falta de oportunidade de trabalho e estudo no campo, alguns jovens optam por migrar para as cidades com a expectativa de encontrar melhores condições de vida. Com a migração acontecendo cada vez mais cedo, acaba não ocorrendo a sucessão da terra de pais para os filhos, principal motivo do envelhecimento do meio rural. (WEISHEIMER, 2005, p. 3).

Puntel, Paiva e Ramos (2011) realizaram estudos referentes à situação e às perspectivas dos jovens rurais na região do Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul. O trabalho apresenta os maiores problemas enfrentados da vida no campo, de acordo com 134 jovens entrevistados na localidade. O maior obstáculo para continuar a vida no ambiente rural refere-se à baixa remuneração no meio, segundo os pesquisados. Contudo, os jovens também alegaram: a falta de propriedade de terra; a dificuldade em acessar créditos para novas atividades produtivas; o acesso ao ensino (posto que há a carência de escolas em muitas regiões rurais); e a inexistência de ensino baseado nas suas particularidades. Assim como a falta de infraestrutura na saúde, a falta de trabalho permanente e a falta de opções de lazer e cultura, como pode ser observado no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Os problemas do campo a partir da percepção dos jovens rurais



Fonte: Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 16).

Apesar de a pesquisa ter sido realizada em localidade específica (região central do estado do Rio Grande do Sul), ela pode ser de grande valia para se entender as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais brasileiros. Isso porque um dos principais problemas que impedem os jovens de permanecerem no campo relaciona-se à baixa remuneração salarial. Onde o ordenado do trabalho no campo é muito menor do que em áreas urbanas. Outra dura realidade do meio rural está ligada à falta de trabalho permanente. Em muitos casos, só há atividade na época da colheita, logo não há ocupação e renda durante todo o ano. A tudo isso, soma-se a dificuldade encontrada pelos jovens do campo em acessar os programas de créditos, como o Pronaf Jovem.

A questão do acesso precário ao ensino também faz parte do descontentamento dos jovens rurais. Muitos deles, por variados motivos, abandonam precocemente os estudos, mesmo cientes da importância da educação para a melhoria de suas vidas. Os jovens agricultores familiares, assim como os jovens pescadores, consideram que precisam primeiramente trabalhar para alcançarem estabilidade financeira, para só então investirem na educação.

É óbvio que a evasão escolar do jovem agricultor rural também está associada à necessidade de ajudar os pais na subsistência da família. Enquanto o homem jovem do campo abandona os estudos para ajudar o pai na lavoura, no pescado ou para trabalharem para os latifundiários locais, a mulher jovem do campo o faz, por sua vez,

para ajudar a mãe com o cuidado da casa e dos irmãos mais novos, isso quando não abandonam os estudos para cuidar das casas e dos filhos dos patrões fazendeiros – uma problemática de gênero. Ademais, existe a dificuldade da distância e da falta de escolas que realmente sejam voltadas para esse público, que não apenas reproduzam a escola urbana.

Por fim, há que se considerar que os jovens do campo também demandam lazer e cultura. Em muitos lugares, quase não há opções de diversão para esse público, sendo a escola, em muitos casos, o único espaço de entretenimento e cultura para o jovem do campo. Sobre essa questão, afirmam os autores Puntel, Paiva e Ramos que:

[...] se faz necessário Política Pública que promova ações em cadeia nos territórios. Pois para fazer frente a uma tendência decrescente dos preços e contrabalançar a valorização crescente das terras e as altas do custo de produção, as políticas agrícolas estimularam a mecanização do campo, recorrendo cada vez mais a novos processos de produção e emprego de recursos tecnológicos. Com isso, o modelo agrícola baseado na exploração do trabalho familiar foi se enredando em processos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que, em teoria, desonerava o agricultor do trabalho braçal, penoso, exigia-lhe numa proporção talvez ainda maior, mais produtividade. Paralelo a isto, paradoxalmente, ocorria um vertiginoso declínio de sua lucratividade. Percebemos então a necessidade de aplicação cada vez maior de capital, seja em benfeitorias, mais insumos industriais, fertilizantes químicos, instrumentos e máquinas, sementes melhoradas, etc. Parece ser este um dos principais dilemas a ser enfrentados. (PUNTEL, PAIVA e RAMOS. 2011, p. 16-17).

No entanto, a partir dos anos 2000, esse quadro vem mudando aos poucos. O Estado passou a reconhecer várias demandas dos jovens rurais por meio da luta de movimentos sociais. Assim, essas populações camponesas passaram a fazer parte de discussões, as quais ocasionaram a criação de algumas políticas públicas destinadas a elas. Dentre os movimentos sociais estão a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). A partir da movimentação desses grupos “estruturas internas específicas foram criadas e o protagonismo desse segmento passou a ser estimulado” (WEISHEIMER, 2005, p. 3).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) é de grande importância nessa movimentação. De acordo com a Revista da Juventude Rural (2007), a CONTAG é a instituição política responsável por criar propostas que possam contribuir para a organização e o desenvolvimento da sociedade brasileira, e conta com

a capacidade de mobilização de uma rede de trabalhadores e trabalhadoras rurais presentes em todo o Brasil. Dentro da CONTAG existe a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR), fundada para criar e discutir estratégias de superação dos problemas do jovem rural. Segundo a Revista da Juventude Rural, a CNJTTR tem como função atribuir, organizar e capacitar a juventude do campo, ao incentivar o jovem a participar das atividades sindicais. A comissão visa também favorecer a atuação do jovem agrícola como agente do desenvolvimento “rural alternativo sustentável” e “solidário”. Quanto aos obstáculos enfrentados pela CNJTTR, a Revista destaca que:

A CNJTTR tem como desafio a discussão qualificada dentro do próprio MSTTR, em que sejam estimulados e proporcionados debates e outras iniciativas sobre o tema juventude. Um olhar sobre a história demonstra que as lutas e organizações populares formaram sujeitos conscientes dos seus direitos – em que se colocam a educação formal, informal e não formal como elemento fundamental desse processo, para a formação e transformação humana e social. (CONTAG, 2007, p. 7).

Portanto, a CNJTTR tem a função de problematizar e debater as demandas da juventude do campo na tentativa de capacitar cidadãos mais críticos e reflexivos acerca de sua realidade, levando em consideração toda forma de conhecimento dos jovens rurais.

Durante os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) do Partido dos Trabalhadores (PT), foram criadas diversas iniciativas voltadas para a agricultura familiar e políticas públicas para atender às comunidades agrícolas, muito em função dos movimentos sociais citados anteriormente. Weisheimer chama à atenção para esse momento:

Em 2005, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Juventude com o propósito de coordenar políticas e ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. No âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de geração de emprego e renda, várias ações estão sendo implementadas, envolvendo vários ministérios, entre os quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego. O Plano Safra da Agricultura Familiar criou uma linha especial de crédito, o Pronaf Jovem; está em execução o Programa Nossa Primeira Terra, linha do Programa Nacional de Crédito Fundiário, ação que integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Jovens estão sendo formados como agentes de desenvolvimento territorial, e no Programa Arca das Letras, os jovens atuam como agentes de leitura. Em parceria com a sociedade civil, foi criado o Consórcio Social da Juventude Rural, para fornecer formação e qualificação profissional aos jovens, associado à implantação de inovações tecnológicas. (WEISHEIMER. 2005, p. 3).

Como visto, houve reconhecimento do governo do Partido dos Trabalhadores em relação à diversidade e às dificuldades da juventude rural, a qual passou a ganhar mais espaço na agenda da gestão federal, mobilizando agentes públicos e a sociedade civil na construção de uma sociedade menos desigual para esses jovens. A criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) foi o marco inicial na obtenção de voz das *juventudes*. Uma das diretrizes da secretaria reivindica que os jovens sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e de políticas públicas.

Ainda sobre as conquistas no âmbito rural, de acordo com a cartilha Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil:

[...] o governo brasileiro tem feito um grande esforço de políticas públicas especificamente voltadas para o avanço e a sustentabilidade da agricultura familiar. Iniciativas como o Plano Brasil Agroecológico (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são alguns dos principais exemplos de uma política pública integrada que visa o amparo do agricultor familiar em todos os pontos da cadeia agrícola. Buscamos, ao mesmo tempo, garantir uma estrutura de financiamento e apoio para a qualidade dos alimentos produzidos pelas famílias e uma cadeia virtuosa para o consumo desses produtos pelos aparelhos públicos do Estado e por todas as famílias residentes nos centros urbanos. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p. 15).

Todavia, ainda consiste em desafio para o Brasil e para outros países com forte agricultura familiar:

[...] criar as condições necessárias para que se avance cada vez mais em busca da soberania alimentar com base em uma alimentação saudável. É central que os jovens, que assim desejarem, possam permanecer no campo e nas florestas, em condições dignas e com oportunidades equivalentes às dos jovens dos centros urbanos. Para avançarmos para um Brasil cada vez mais justo e inclusivo, precisamos fortalecer o protagonismo da juventude. O empoderamento do segmento deve estar acompanhado sempre de mais democracia, avançando na participação social como método de governo. (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELLOS, 2014, p. 15-16).

É nítida a evolução das conquistas dos jovens rurais nos últimos anos. Esses avanços fazem parte de processo histórico e estiveram ligados às lutas de vários grupos e movimentos sociais. Dessa forma, foram criadas várias pastas, órgãos e políticas públicas para as populações camponesas, sobretudo para os jovens. Mas será que eles usufruem dessas conquistas? E quais as expectativas deles sobre isso?

## 2. EXPECTATIVAS

Primeiramente, é necessário problematizar o sentido de “expectativas”. De acordo com Souza e Vazquez (2015), expectativas não podem ser consideradas como sinônimo de desejos pessoais, mas como o resultado da tensão entre estes e o reconhecimento social das condições objetivas. Portanto:

[...] expectativas dizem respeito ao planejamento de uma trajetória (às pretensões, à avaliação de chances, às estratégias), planejamento esse que não se confunde com a própria trajetória. É, ao contrário, um indicador de predisposição para uma trajetória futura. (SOUZA; VAZQUEZ, 2015, p. 413).

As principais expectativas dos jovens rurais estão ligadas ao trabalho, à educação e à renda, ao uso da terra com produtividade e qualidade. Gallindo (2014, p. 19) aponta que, de acordo com pesquisa da CONTAG, a principal reivindicação dos jovens diz respeito à garantia de acesso à terra a partir dos dezoito anos, “pois os jovens somente terão dignidade no campo se tiverem acesso à terra, e via desapropriação do latifúndio”. É neste contexto que ganha espaço a demanda por reforma agrária. Também são feitas muitas referências ao Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), especialmente para a revisão de seus critérios e suas condições de funcionamento.

Quanto ao trabalho, as expectativas se referem à efetivação de políticas de valorização e de fortalecimento da juventude da agricultura familiar, estabelecendo conexões com assistência técnica, geração de renda, crédito, comercialização, capacitação para a organização produtiva e fomento e apoio à agroecologia. No que tange a essas demandas em relação ao trabalho, Galindo (2014, p. 128) aponta que:

As demandas se lançam no sentido da criação de políticas públicas específicas de juventude rural (orientadas por um desenho próprio, que considere as suas realidades) e da revisão de programas de juventude rural, já existentes, na busca de aproximá-los dos desafios da atual conjuntura.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na categoria Jovem (Pronaf Jovem), criado no ano de 2007, consiste em oferecer financiamentos a agricultores e produtores rurais para investimento nas atividades de produção, e destina-se a jovens entre 16 e 29 anos de idade, conforme destacado no capítulo sobre políticas públicas. De acordo com Marin (2020, p. 6), o Programa:

[...] visa como propósito primeiro assegurar condições objetivas e subjetivas para a reprodução social do segmento categorizado como agricultura familiar. Por tal razão, uma das exigibilidades das normativas consiste na apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que deve ser emitida por agentes vinculados às instituições credenciadas, os quais também ficam incumbidos de analisar a documentação comprobatória da qualificação profissional dos jovens rurais. Nesse sentido, a juventude rural é socialmente representada como o futuro da agricultura familiar e, especificamente os jovens representam os futuros agricultores familiares.

Portanto, o programa se volta para os jovens pertencentes à agricultura familiar por conta sobretudo da falta de oportunidades, cenário que ocasiona dificuldades na sucessão da propriedade rural, motivo de preocupação futura de suas famílias.

O Pronaf Jovem, como política pública, prevê a articulação de uma série de instituições de desenvolvimento rural, sejam públicas ou privadas, ao mesmo tempo em que engendra uma ideação dos papéis da juventude rural na sociedade e dos espaços sociais que os jovens devem ocupar nos processos de desenvolvimento rural. As idealizações são, portanto, representações socialmente construídas sobre a juventude rural, que projetam expectativas dos papéis sociais atribuídos aos jovens. (MARIN, 2020, p. 5).

É nítida a importância do Pronaf Jovem para a qualificação social, profissional e desenvolvimento rural. Mas a juventude do campo tem, de fato, acesso ao programa? A Tabela 1 revela o número de contratos celebrados no Pronaf Jovem (Brasil) e os valores em reais, no período entre 2004 e 2016.

**Tabela 1.** Número de contratos celebrados no Pronaf Jovem (Brasil) e os valores em reais, no período de 2004-2005 a 2015-2016

| Ano          | Nº Contratos | Valores (R\$)        |
|--------------|--------------|----------------------|
| 2004/2005    | 18           | 129.660,00           |
| 2005/2006    | 513          | 2.973.724,00         |
| 2006/2007    | 789          | 4.520.957,00         |
| 2007/2008    | 805          | 5.102.449,57         |
| 2008/2009    | 224          | 1.401.526,26         |
| 2009/2010    | 32           | 215.196,71           |
| 2010/2011    | 56           | 483.834,77           |
| 2011/2012    | 78           | 723.869,82           |
| 2012/2013    | 25           | 316.812,88           |
| 2015/2016    | 349          | 2.729.340,00         |
| <b>Total</b> | <b>2.889</b> | <b>18.597.371,01</b> |

Fonte: Gugel *et al.* (2017, p. 9) *apud* SEAD (2016). Segundo Gugel *et al.* (2017), os dados dos anos agrícolas 2013-2014 e 2014-2015 não estão disponíveis.

A partir da análise da tabela, nota-se que o número de contratos firmados no período referido é irrisório quando comparado à volumosa população de jovens rurais

do Brasil. De acordo com o IBGE, a população rural brasileira na faixa etária entre 16 e 29 anos era de 7. 144.702 em 2010. Infere-se, portanto, que o Pronaf Jovem atendeu apenas 0,04% de jovens do campo no país. Sobre a ínfima abrangência do Pronaf Jovem:

[...] este programa estrutura-se sob critérios incompatíveis com as demandas e os contextos da juventude rural, e sob uma lógica marcadamente burocrática, bancária e inacessível. A pauta apresenta desde propostas focadas na revisão do teto, prazos e juros, bem como a reformulação dos seus objetivos e desenho institucional. Sabe-se que a agenda de reformulação do Pronaf Jovem não é nada recente, e também que as reivindicações apresentadas são pouco absorvidas pelas instâncias competentes. Diante disso, é necessário desenvolver outros caminhos de negociação e, mais que isso, é preciso pensar se diante de tantas travas, impostas pelo modelo de funcionamento do Pronaf, se este programa é verdadeiramente capaz de promover autonomia e emancipação da juventude rural, uma vez que os bancos, estão descomprometidos com esses princípios. (GALINDO, 2014, p. 11).

De acordo com Gugel *et al.* (2017), em estudo realizado no estado de Santa Catarina, os jovens rurais em processo de sucessão familiar são os principais demandantes do Pronaf Jovem, mas eles têm dificuldades em se enquadrar em todos os critérios exigidos. Isso pode explicar o número irrelevante de contratos celebrados. Em hipótese alguma o contexto apresentado deve ser entendido como falta de interesse dos jovens pelo programa:

[...] uma parcela dos jovens agricultores acessa outras linhas de crédito do Pronaf, seja pelos limites de financiamento das mesmas (muitas vezes mais adequados às suas necessidades), seja pela existência de entraves burocráticos menos rígidos ou pela “posição” ocupada por estes jovens como gestores na sucessão das unidades familiares de produção. (GUGEL *et al.*, 2017, p. 9).

Há que se atentar para o fato de os montantes de recursos financeiros do Pronaf Jovem serem pequenos quando comparados com o número de contratos celebrados e o volume de crédito disponibilizados por outras linhas do Pronaf. Tomando como parâmetro o ano agrícola 2015-2016, Gugel *et al.* (2017, p. 7) notam que 349 contratos do montante de 2,73 milhões do Pronaf Jovem representam “cerca de 0,021% dos contratos celebrados no âmbito do Pronaf no mesmo período e 0,013% dos recursos acessados”. Portanto, existe grande disparidade entre o Pronaf Jovem e as outras linhas do programa, o que é controverso, haja vista as políticas públicas para o setor terem por

objetivo a consolidação de uma juventude rural portadora de direitos e com acesso às políticas de crédito. Infelizmente, isso não se verifica na prática.

A pesquisa de Marin (2020), na região central do Rio Grande do Sul, mostra a mesma dificuldade de os jovens rurais obterem acesso ao Pronaf Jovem. Os dados obtidos por meio da pesquisa indicaram que, dos 191 jovens rurais entrevistados, nenhum deles conseguiu celebrar contrato com o Pronaf Jovem. O estudo também mostra que em algumas regiões o programa de financiamento aos jovens não se realiza na prática. Muitos entrevistados nem mesmo sabiam da existência do Pronaf Jovem. Sobre isso, discorre Marin (2020, p. 10):

Múltiplos fatores concorrem para o desconhecimento dessa política creditícia. Um deles vincula-se aos interesses dos próprios jovens no que tange às suas perspectivas de vida futura. Os jovens rurais da Região Central do Rio Grande do Sul, majoritariamente, não tecem projetos futuros de reprodução social na agricultura familiar. Antes, os jovens constroem projetos profissionais que passam pelas vinculações nas instituições escolares e pelas inserções no mercado de trabalho assalariado.

A política creditícia tem entre seus objetivos amenizar o problema da sucessão hereditária da terra. Muitas vezes, essa meta não é alcançada pela falta de interesse dos próprios jovens em suceder a posse da propriedade. Isso se deve à expectativa de constituírem famílias em outro espaço fora do campo e pela idealização de uma identidade que não seja a de jovem rural, agricultor familiar ou pescador, sobretudo pelo fato de essa identidade ser carregada de estigmas, como já visto.

A dificuldade em manter o jovem no meio rural ainda permanece. Registrou-se, como já apontado neste trabalho, que cada vez mais cedo eles estão migrando para o espaço urbano, causando o problema da sucessão hereditária na agricultura familiar. É urgente a valorização do campo, a constituição de processos de capacitação, formação e cursos na área da organização produtiva com estímulo à agroecologia, de acordo com a região e a realidade, bem como de políticas contextualizadas que busquem gerar emprego e renda.

No que tange à educação, os jovens reivindicam mais investimentos públicos para a ampliação do número de escolas no campo que realmente os representem, assim como maiores e melhores ofertas de ensino em todos os níveis educacionais, sobretudo o superior. Reivindicam também a qualificação e expansão dos programas voltados à

educação no campo, bem como a promoção de ações que tornem o currículo das escolas rurais comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Sobre esse tema, discorre Galindo:

Conclui-se que efetivar princípios, agenda e concepções de educação do campo nas dinâmicas societárias rurais é o propósito das pautas da juventude. Assim, as proposições deste eixo temático têm alcance muito mais amplo do que reivindicações sobre a construção de programas educacionais diferenciados para o segmento juvenil. Objetivam gerar um modelo educacional contextualizado com as realidades dos povos do campo e comprometido com o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. (GALINDO. 2014, p. 130).

De acordo com Stropasolas (2006), Wanderley (2007), Weisheimer (2009) e Spanevello (2008), a diversidade social da juventude rural evidentemente implica a elaboração de distintos projetos profissionais, que perpassam pelos estudos escolares, pela incorporação no mercado de trabalho e pela sucessão na agricultura familiar. Neste sentido, a realidade dos jovens agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, quanto à expectativa de vida, baseia-se na busca por melhores condições de subsistência. No entendimento desses jovens, isso se traduz em morar na zona urbana, em especial na capital do Rio de Janeiro. Cria-se, portanto, uma fantasia (muito estimulada pela mídia televisionada) de que o êxodo rural é a única alternativa para a melhoria das condições de vida, para a obtenção de alguma ascensão social e para a conquista de sonhos.

No contexto dos jovens agricultores rurais, o estudo é consequência. No entanto, a maioria deles pretende trabalhar, ganhar dinheiro e adquirir bens materiais. Esses jovens buscam também mais liberdade, visto que a disciplina e a autoridade das figuras paterna e materna são expressivas no seio familiar rural, sobretudo com as mulheres – problemática de gênero. Assim, o jovem rural, tal qual como o jovem urbano, almeja ter mais privacidade, opções de lazer e cultura (frequentar bares, casas noturnas, shows e outras opções de lazer).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, pode-se afirmar que as expectativas dos jovens rurais estão, na maioria das vezes, associadas à busca por melhores condições de vida, o que os

direciona para as cidades. Buscam também a construção de uma identidade sem estigmas, associada ao senso comum e entendida como “normal”. Cabe refletir sobre os problemas enfrentados pela juventude rural, em especial agricultores e agricultoras familiares e pescadores. É preciso problematizar a carência de escolas nas zonas rurais, bem como a falta de oportunidades de trabalho e a invisibilidade a que estão sujeitos, fato que os impedem de ser protagonistas no campo. Não se pode permitir que esses jovens continuem na invisibilidade por estarem inseridos em uma classe estigmatizada e excluída, com seus direitos muitas vezes desrespeitados (inclusive por vias indiretas), sem educação e emprego, ocupando postos de trabalhos informais (muitas vezes precários) e sem estabilidade nem direitos trabalhistas. É inaceitável que a juventude rural seja incapaz de se desvincular de um ciclo geracional de desigualdade social e pobreza.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.
- CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. Transformando o presente e construindo o futuro. **Revista da Juventude Rural**. Publicação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag: Jul. de 2007. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f323RevistaJuvRural.pdf>. Acessado em: 17 jun. 2021.
- GALINDO, E. Em pauta: **juventude rural e políticas públicas**. In: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BOTTON, S. B. (orgs.). Coleção Juventude. Série estudos, n. 1. Coedição com o NEAD/MDA e IICA. Brasília: Presidência da República, 2014.
- GUGEL, J. T.; GIEHL, A. L.; ARAUJO, L. A.; HAVERROTH, C. Pronaf Jovem em Santa Catarina: abrangência, limites e desafios. In: **Anais do 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** (p. 1-15). Brasília: SOBER, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de

Janeiro (RJ): IBGE, 2011. Disponível em:  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf). Acesso em: 29 jun. 2020.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e a real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 2, e187438, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/resr/a/PTkqtrfFmF3Pq4cWvwmBhxR/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. Coleção juventude. Série estudos; n. 1. Co-edição com o NEAD/MDA e IICA. Disponível em:  
[http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_2039627409\\_13082018150759.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA. **Anais do I - Circuito de Debates Acadêmicos**. Code, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

SOUZA, D.C.C.; VAZQUEZ, D.A.V. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educação e Pesquisa** [online]. 2015, v. 41, n. 2, pp. 409-426. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041789>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

VIEIRA, R. S. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude rural e perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

\_\_\_\_\_. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.